UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)
ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE DIREITO
PROFESSOR: SIDIMAR LOPES DA SILVA JUNIOR

MATERIAL DIDÁTICO – NT2

Direito Processual Penal 1

Aparecida de Goiânia

2026/2

Questão 1 – Verdadeiro ou falso

Analise as assertivas e assinale V para verdadeiro ou F para falso.

1. ( ) O direito de ação penal representa a possibilidade de provocar a atuação jurisdicional do Estado, não significando direito automático à condenação do acusado.
2. ( ) A ação penal pública incondicionada depende, obrigatoriamente, da representação da vítima para que o Ministério Público possa oferecer denúncia.
3. ( ) A ação penal privada é promovida pelo ofendido ou por seu representante legal, mediante apresentação de queixa-crime.
4. ( ) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser proposta quando o Ministério Público deixa de oferecer denúncia no prazo legal, observados os requisitos constitucionais e legais.
5. ( ) A denúncia é a peça acusatória inicial apresentada pelo Ministério Público nas ações penais públicas.
6. ( ) A queixa-crime constitui a peça inicial da ação penal privada e deve observar os requisitos legais.
7. ( ) A representação do ofendido, nas ações penais públicas condicionadas, possui prazo decadencial de seis meses, em regra.
8. ( ) A requisição do Ministro da Justiça, quando exigida por lei, está sujeita ao mesmo prazo decadencial de seis meses aplicável à representação do ofendido.
9. ( ) A justa causa para a ação penal exige suporte probatório mínimo que legitime o exercício da acusação.
10. ( ) O recebimento da denúncia significa que o magistrado já reconheceu definitivamente a culpa do acusado.
11. ( ) A transação penal é instituto previsto na Lei nº 9.099/1995 e pode ser aplicado nas hipóteses legais de infrações de menor potencial ofensivo.
12. ( ) O acordo de não persecução penal está previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal.
13. ( ) A celebração do acordo de não persecução penal dispensa a participação da defesa técnica.
14. ( ) A suspensão condicional do processo está prevista no artigo 89 da Lei nº 9.099/1995.
15. ( ) A ação civil ex delicto permite buscar reparação dos danos decorrentes de uma infração penal.
16. ( ) A competência territorial, como regra, é determinada pelo lugar em que a infração se consumar.
17. ( ) A existência de conexão entre infrações pode justificar a reunião de processos, conforme as hipóteses legais.
18. ( ) A suspeição do magistrado está relacionada a circunstâncias que podem comprometer sua imparcialidade.
19. ( ) A citação tem como finalidade chamar o acusado para integrar a relação processual e exercer sua defesa.
20. ( ) A intimação e a citação são atos processuais idênticos, pois ambas possuem sempre a finalidade de iniciar a relação processual.

Caso discursivo 1 – A acusação, a inércia do Ministério Público e os direitos do ofendido

Você foi procurado por P. Parker para pegar um cliente, o Sr Marcos. Marcos foi vítima de um crime contra seu patrimônio. Após a investigação policial, o inquérito foi encaminhado ao Ministério Público, acompanhado de documentos, depoimentos e registros bancários que indicavam a possível participação de determinado suspeito.

O Ministério Público deixou transcorrer o prazo legal para oferecimento da denúncia sem apresentar manifestação processual adequada.

Diante da situação, Marcos procurou um advogado e solicitou o ajuizamento de uma ação penal privada subsidiária da pública.

Paralelamente, o advogado verificou que Marcos também havia sofrido prejuízos financeiros significativos em decorrência da infração penal.

Durante a análise do caso, surgiram dúvidas sobre a possibilidade de reparação civil, os requisitos da acusação e a competência do juízo responsável.

a) O que é ação penal privada subsidiária da pública e quais são seus pressupostos legais?

b) O ofendido possui legitimidade para apresentar queixa subsidiária diante da inércia do Ministério Público? Qual é o prazo aplicável?

c) Qual a diferença entre denúncia e queixa-crime?

Questão 2 – Verdadeiro ou falso

1. ( ) A justiça penal consensual busca proporcionar soluções negociadas ou simplificadas para determinadas infrações penais, nas hipóteses legalmente previstas.
2. ( ) A transação penal representa uma forma de solução consensual que pode ocorrer antes da instauração do processo penal tradicional.
3. ( ) A transação penal constitui reconhecimento obrigatório de culpa pelo autor do fato.
4. ( ) A composição civil dos danos pode produzir efeitos relacionados à reparação dos prejuízos causados à vítima.
5. ( ) A suspensão condicional do processo pode ser proposta pelo Ministério Público quando presentes os requisitos legais do artigo 89 da Lei nº 9.099/1995.
6. ( ) O acordo de não persecução penal pode ser celebrado em qualquer crime, independentemente da pena mínima e dos demais requisitos previstos no artigo 28-A do CPP.
7. ( ) O acordo de não persecução penal exige participação do investigado, de seu defensor e do Ministério Público.
8. ( ) A homologação judicial do acordo de não persecução penal envolve análise de legalidade e voluntariedade.

9. ( ) A justiça penal consensual permite que os direitos fundamentais do investigado sejam afastados em nome da celeridade processual.
10. ( ) A competência jurisdicional pode ser determinada, entre outros critérios, pela natureza da infração penal.
11. ( ) A conexão pode justificar a reunião de processos quando houver vínculo juridicamente relevante entre as infrações.
12. ( ) A continência e a conexão são institutos processuais que podem justificar a reunião de processos ou imputações nas hipóteses previstas no CPP.
13. ( ) A prevenção pode funcionar como critério de determinação da competência quando houver mais de um juízo potencialmente competente.
14. ( ) A questão prejudicial é aquela cuja solução pode influenciar o julgamento da questão principal no processo penal.
15. ( ) A exceção de suspeição busca discutir circunstâncias capazes de comprometer a imparcialidade do magistrado.
16. ( ) O impedimento do magistrado decorre de situações objetivamente previstas em lei que impedem sua atuação no processo.
17. ( ) O incidente de insanidade mental pode ser instaurado quando houver dúvida relevante sobre a integridade mental do acusado.
18. ( ) O incidente de falsidade pode ser utilizado para questionar a autenticidade de documento relevante para o processo.
19. ( ) A restituição de coisas apreendidas deve ocorrer automaticamente sempre que alguém alegar ser proprietário do objeto.
20. ( ) A ação civil ex delicto pode ser utilizada para buscar reparação dos danos decorrentes da infração penal, independentemente da existência de acordo de não persecução penal.

Caso discursivo 2 – Acordo de não persecução penal, competência e incidente de insanidade mental

Você foi procurado por Blanka para pegar um cliente, o Sr Pedro. Pedro foi investigado pela suposta prática de um crime sem violência ou grave ameaça, cuja pena mínima em abstrato era inferior a quatro anos.

Durante a investigação, o Ministério Público identificou elementos informativos suficientes para avaliar a possibilidade de oferecimento de acordo de não persecução penal.

Pedro demonstrou interesse na proposta, mas seu advogado questionou se o acordo poderia ser celebrado considerando que o investigado possuía antecedentes criminais e respondia a outro processo.

Além disso, durante a investigação, familiares apresentaram documentos médicos que levantaram dúvidas sobre a integridade mental de Pedro à época dos fatos.

O caso também envolvia outra infração praticada em comarca diferente, havendo possível conexão entre os acontecimentos.

a) Quais são os requisitos legais para a celebração do acordo de não persecução penal?

b) A existência de antecedentes criminais ou de outro processo impede automaticamente a celebração do ANPP? Fundamente.

c) Qual é a função do defensor na negociação e formalização do acordo?

Questão 3 – Verdadeiro ou falso

1. ( ) A prática de uma infração penal pode gerar consequências nas esferas penal e civil, permitindo a responsabilização do autor pelos danos causados.
2. ( ) A responsabilidade civil decorrente de um crime depende, obrigatoriamente, de condenação criminal transitada em julgado.
3. ( ) A sentença penal condenatória transitada em julgado pode constituir título executivo judicial para fins de reparação civil, nos termos da legislação processual.
4. ( ) A jurisdição corresponde à função estatal de solucionar conflitos mediante aplicação do Direito ao caso concreto.
5. ( ) A competência representa a delimitação da parcela de jurisdição atribuída a determinado órgão judicial.
6. ( ) Nos crimes tentados, a competência territorial é determinada, como regra, pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução.
7. ( ) A competência em razão da matéria considera a natureza da infração penal e as disposições constitucionais e legais.
8. ( ) A existência de conexão entre crimes praticados em comarcas diferentes pode justificar a reunião dos processos, observadas as regras legais.
9. ( ) A prevenção pode ser utilizada como critério de fixação da competência quando houver mais de um juízo igualmente competente.
10. ( ) A ação civil ex delicto busca reparar os danos decorrentes da infração penal.
11. ( ) A citação é o ato processual que dá conhecimento ao acusado da existência da acusação e o chama para exercer sua defesa.
12. ( ) A intimação tem como finalidade dar ciência às partes e aos demais sujeitos processuais sobre atos e decisões judiciais.
13. ( ) A citação por edital pode ser utilizada livremente, mesmo quando o acusado é conhecido e facilmente localizado.
14. ( ) A citação por hora certa está relacionada à situação em que o acusado se oculta para evitar a realização do ato citatório.
15. ( ) A comunicação processual eletrônica pode ser utilizada no processo penal, desde que observadas as disposições legais aplicáveis.

16. ( ) A ausência de comunicação processual adequada pode comprometer o contraditório e a ampla defesa.
17. ( ) A citação e a intimação possuem necessariamente os mesmos efeitos jurídicos e processuais.
18. ( ) A citação válida é elemento importante para o desenvolvimento regular do processo penal.
19. ( ) A responsabilidade civil e a responsabilidade penal possuem pressupostos próprios, embora possam decorrer do mesmo fato.
20. ( ) O reconhecimento da incompetência de um juízo pode produzir consequências processuais, conforme a natureza do vício e as regras legais aplicáveis.

Caso discursivo 3 – Competência territorial, reparação civil e citação eletrônica

Você foi procurado por K. Hammet para pegar um cliente, o Sr Ricardo. Ricardo foi vítima de uma fraude eletrônica que envolveu a utilização de documentos falsos e transferências bancárias não autorizadas.

A investigação identificou que as operações foram iniciadas em uma cidade, processadas por uma instituição financeira localizada em outra e concluídas com o recebimento dos valores em uma terceira comarca.

O Ministério Público ofereceu denúncia, mas surgiu controvérsia sobre a competência territorial para julgamento da infração.

Após o recebimento da denúncia, o acusado foi procurado em seu endereço residencial, mas não foi localizado. Posteriormente, surgiram informações de que ele estaria se ocultando para evitar a citação.

O juízo determinou a utilização de comunicação eletrônica para determinados atos processuais, mas a defesa questionou a validade das comunicações realizadas.

Ao mesmo tempo, Ricardo pretende buscar a reparação dos prejuízos financeiros sofridos.
Elabore um parecer jurídico respondendo:

a) Qual é o conceito de jurisdição e como se diferencia da competência?

b) Como deve ser determinada a competência territorial nos crimes consumados e tentados?

c) A existência de atos praticados em diferentes comarcas pode justificar a aplicação das regras de conexão ou prevenção?

Questão 4 – Verdadeiro ou falso

1. ( ) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo Ministério Público independentemente de representação do ofendido, quando assim determinar a legislação.
2. ( ) Nas ações penais privadas, o Ministério Público é o titular exclusivo do direito de apresentar a queixa-crime.
3. ( ) A ação penal pública condicionada à representação depende de manifestação de vontade do ofendido ou de seu representante legal, nos termos da lei.
4. ( ) A requisição do Ministro da Justiça, quando exigida, não está sujeita ao prazo decadencial de seis meses previsto para a representação do ofendido.
5. ( ) A denúncia deve conter a exposição do fato criminoso, com suas circunstâncias, a identificação do acusado ou elementos que permitam identificá-lo e a classificação do crime, entre outros requisitos legais.
6. ( ) A ausência de justa causa pode fundamentar a rejeição da denúncia ou da queixa-crime.
7. ( ) A transação penal e o acordo de não persecução penal são institutos idênticos, possuindo os mesmos requisitos e efeitos.
8. ( ) A suspensão condicional do processo pode ser proposta nas hipóteses previstas no artigo 89 da Lei nº 9.099/1995.
9. ( ) A aceitação de um acordo de não persecução penal significa que o investigado necessariamente será condenado criminalmente.
10. ( ) A homologação judicial do acordo de não persecução penal permite ao juiz verificar a legalidade e a voluntariedade da manifestação de vontade do investigado.
11. ( ) O incidente de falsidade documental pode ser instaurado quando houver controvérsia relevante sobre a autenticidade de um documento utilizado no processo.
12. ( ) O incidente de insanidade mental busca avaliar a condição mental do acusado para os fins previstos na legislação penal e processual penal.
13. ( ) A instauração de incidente de insanidade mental depende exclusivamente da vontade do acusado, não podendo ser determinada pelo juiz de ofício.
14. ( ) A exceção de incompetência permite questionar a atribuição jurisdicional do órgão que conduz o processo.
15. ( ) A suspeição e o impedimento são mecanismos relacionados à garantia de imparcialidade do julgador.
16. ( ) A restituição de coisas apreendidas poderá ocorrer quando não houver mais interesse processual na manutenção da apreensão e estiver demonstrado o direito do reclamante.
17. ( ) A conexão e a continência podem influenciar a definição da competência e a reunião de processos.
18. ( ) A ação civil ex delicto pode ser utilizada para buscar reparação de danos patrimoniais e morais decorrentes da infração penal.
19. ( ) A citação por edital deve ser utilizada como primeira alternativa sempre que o acusado não comparecer espontaneamente ao processo.
20. ( ) A ausência de citação válida pode comprometer o exercício do contraditório e da ampla defesa, gerando consequências para a regularidade processual.

Caso discursivo 4 – Documento falso, suspeição do magistrado e restituição de bens

Você foi procurado por Scott L. para pegar um cliente, a Sra. Fernanda. Fernanda foi denunciada pela suposta prática de crime relacionado à falsificação de documentos utilizados em operações comerciais.

Durante a instrução processual, a acusação apresentou um contrato que supostamente havia sido assinado pela investigada.

A defesa alegou que o documento era falso e solicitou a instauração de incidente de falsidade documental.

No decorrer do processo, descobriu-se que o magistrado responsável pelo julgamento possuía vínculo pessoal relevante com uma das testemunhas da acusação, circunstância que levantou dúvidas sobre sua imparcialidade.

Além disso, foram apreendidos computadores, documentos e equipamentos eletrônicos pertencentes à acusada. Fernanda solicitou a restituição dos bens, alegando que eram utilizados em sua atividade profissional e que não possuíam mais interesse para a investigação.

Paralelamente, o Ministério Público avaliava a possibilidade de solução consensual para a infração imputada.
Elabore um parecer jurídico respondendo:

a) Qual é a finalidade do incidente de falsidade documental e como ele pode ser instaurado?

b) Qual a diferença entre suspeição e impedimento do magistrado?

c) Quais são as consequências processuais da constatação de suspeição ou impedimento?

Questão 5 – Verdadeiro ou falso

1. ( ) O Ministério Público é o titular da ação penal pública, devendo observar os requisitos legais para o oferecimento da denúncia.
2. ( ) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser proposta mesmo quando o Ministério Público oferece denúncia tempestivamente.
3. ( ) A queixa-crime é utilizada nas hipóteses de ação penal privada previstas na legislação.
4. ( ) O direito de ação penal assegura ao acusador o direito de provocar a jurisdição, mas não garante a condenação do acusado.

5. ( ) A transação penal pode ser aplicada nas hipóteses legais de infrações de menor potencial ofensivo.
6. ( ) O acordo de não persecução penal é obrigatoriamente proposto pelo magistrado, independentemente de manifestação do Ministério Público.
7. ( ) A justiça penal consensual deve respeitar a voluntariedade, a legalidade e as garantias fundamentais do investigado.
8. ( ) A ação civil ex delicto permite a reparação dos danos causados pela infração penal, observadas as regras legais.
9. ( ) A competência territorial é determinada, como regra, pelo lugar em que se consumar a infração penal.
10. ( ) A competência em razão da matéria, levada por potencial ofensivo é determinada, como regra, pelo crime e sua gravidade, definindo o direcionamento (ex: JECRIM ou justiça comum).
11. ( ) A prevenção pode ser utilizada para determinar qual juízo deverá atuar quando houver mais de um órgão jurisdicional potencialmente competente.
12. ( ) A questão prejudicial pode influenciar a decisão sobre a existência da infração penal ou outro elemento relevante para o julgamento.
13. ( ) A exceção de suspeição tem por finalidade questionar a imparcialidade do magistrado.
14. ( ) O incidente de insanidade mental busca verificar a condição mental do acusado para os efeitos previstos na legislação.
15. ( ) O incidente de falsidade pode ser utilizado para questionar a autenticidade de documentos apresentados no processo penal.
16. ( ) A restituição de coisas apreendidas é sempre proibida antes do trânsito em julgado da sentença penal.
17. ( ) A citação por edital é modalidade excepcional e deve observar as hipóteses e os requisitos previstos em lei.
18. ( ) A citação por hora certa pode ser utilizada quando houver suspeita fundamentada de que o acusado está se ocultando para evitar a citação.
19. ( ) A intimação tem como finalidade dar ciência às partes e aos demais sujeitos processuais sobre atos e decisões.
20. ( ) A utilização de meios eletrônicos de comunicação processual dispensa a observância do contraditório, da ampla defesa e das garantias legais.

Caso discursivo 5 – Ação penal, acordo consensual, competência e validade dos atos processuais

Você foi procurado por A. Kisser para pegar um cliente, o Sr André. André foi investigado pela suposta prática de um crime patrimonial ocorrido em duas cidades diferentes.

A investigação identificou a participação de outros dois indivíduos, havendo indícios de que as condutas estavam relacionadas e integravam um mesmo contexto criminoso.

Após a conclusão do inquérito policial, o Ministério Público ofereceu denúncia contra André e os demais investigados.

Entretanto, a defesa alegou que a denúncia não apresentava descrição suficientemente individualizada das condutas atribuídas a cada acusado e que não havia elementos probatórios mínimos para justificar a acusação.

Um dos investigados demonstrou interesse na celebração de acordo de não persecução penal, enquanto André afirmou que não recebeu comunicação adequada sobre determinados atos processuais.

Durante o andamento do processo, surgiram também questionamentos sobre a imparcialidade do magistrado e sobre a competência territorial do juízo.

Além disso, a vítima informou que sofreu prejuízos financeiros e pretende obter reparação civil.
Elabore um parecer jurídico respondendo:

a) Quais são os requisitos legais para o oferecimento de uma denúncia válida? Em quais situações ela poderá ser rejeitada?

b) A ausência de individualização adequada das condutas pode comprometer o exercício da ampla defesa?

c) A conexão entre as infrações praticadas em diferentes cidades pode justificar a reunião dos processos? Explique.